



Factores sociais no insucesso da despoluição da bacia hidrográfica do Lis

José Gomes Ferreira, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Resumo

A poluição da bacia hidrográfica do rio Lis é um ícone da poluição hídrica nacional e um caso de longevidade na agenda mediática, num processo em que o aumento de visibilidade pública do problema e do protesto cívico não se reflectiu em soluções. Trata-se de uma região emblemática em termos de produção de suínos, com repercussões directas no meio hídrico. Em poucos anos, a produção de suínos transformou-se numa das principais actividades económicas, ao concentrar cerca de 15% da produção nacional, por sua vez confinada em cerca de 2/3 no troço a montante de um dos seus principais afluentes – a Ribeira dos Milagres –, cuja poluição está no centro de intensa polémica entre suinicultores e representantes da população, controvérsia que tem como palco principal a comunicação social. O insucesso da despoluição desta bacia é marcado pelo insucesso da política de esgotos em Portugal, que com a adesão à União Europeia obteve os meios necessários para a resolução do problema, porém tal não se veio a verificar. Propomos nesta comunicação apresentar os resultados gerais de uma investigação que analisou os factores sociais com repercussões no insucesso da despoluição da bacia do Lis recorrendo para o efeito a várias fontes: imprensa escrita, fontes documentais, dados estatísticos e entrevistas.

Palavras-chave: conflito ambiental, poluição da água, bacia hidrográfica do Lis, políticas públicas

Abstract

The pollution of the Lis's river basin is a national icon of water pollution and a case of longevity in the media agenda, in a process in which public visibility of the problem and public protest was not reflected in concrete solutions. It is an emblematic region in terms of swine production, with a direct impact in the hydrologic environment. In a few years, swine production has become a major economic activity, concentrating approximately 15% of national production, particularly confined in one of its main tributaries – the “Ribeira dos Milagres” creek – whose pollution is at the center of intense controversy between pig farmers and grassroots which has been widely present in the media. This case is not isolated. In fact, the failure of the depollution of this river basin is a result of the failure of the sanitation policy in Portugal. After the adherence to the European Union the country obtained the necessary resources to solve the problem, but it failed in doing so. In this paper we present the general results of a study which analyses the importance of the social factors in the failure of the Lis's river basin depollution. For that we use a large number of sources: newspapers, archive sources, statistics and interviews.

1. Lis, uma história de poluição

A poluição da bacia hidrográfica do rio Lis é um ícone da poluição hídrica nacional e um caso de longevidade na agenda mediática, num processo em que o aumento de visibilidade pública do problema e do protesto cívico não se reflectiu em soluções. Trata-se de uma região emblemática em termos de produção de suínos, com repercussões directas no meio hídrico, e um exemplo relevante do persistente insucesso das políticas de esgotos implementadas em Portugal.

A contaminação desta bacia encontra as primeiras referências na década de 60 no troço do próprio rio Lis a montante de Leiria, perante a ameaça ao abastecimento de água a esta cidade. Tudo indica que, na mesma altura, também o rio Lena se encontraria já poluído. No Verão de 1971 a poluição do rio Lis ganhou pela primeira vez **relevância nacional**, um episódio que se destacou por ocorrer em plena ditadura e por ser uma associação da sociedade civil (a Associação Regional do Centro de Pesca Desportiva) a **denunciar** o problema ao Presidente da Comissão Regional de Turismo de Leiria. A denúncia mereceu a **reacção imediata da fiscalização**, que procedeu ao levantamento dos possíveis focos poluidores, naquele que constitui o primeiro levantamento do género. Em 1977 foi realizado novo levantamento das fontes poluidoras, o primeiro após a instauração da democracia, sendo neste caso incidido sobre a poluição que afectava o rio Lena. Em resultado do qual foram identificadas como principais ameaças as suiniculturas, destilarias e lagares de azeite.

O impacto das suiniculturas seria maior no troço inicial do Lena (em Porto de Mós e na Batalha) e na Ribeira dos Milagres – onde no início da década surgiu a primeira exploração de cariz industrial e as primeiras queixas sobre o seu impacto no meio hídrico. Nas zonas rurais o carácter difuso das suiniculturas, o seu enraizamento no tecido social e o facto de se tratarem de explorações familiares de dimensões reduzidas retiraria visibilidade à poluição, até porque os efluentes eram incorporados na fertilização dos solos.

A partir de 1978 o rio Lis estava ameaçado em plena cidade por esgotos de várias proveniências, destacando-se os esgotos urbanos da cidade e as descargas com origem nas oficinas da autarquia e no Hospital distrital. Os diversos alertas davam início a um novo período, em que a poluição hídrica viria a obter enorme visibilidade na comunicação social. A população reagiu ao seu agravamento dirigindo queixas aos Serviços Hidráulicos e aos respectivos representantes autárquicos. No esforço de denúncia e sensibilização foi fundamental a acção de alguns colaboradores dos jornais locais e regionais, assim como de diversos órgãos da administração pública, principalmente das Juntas de Freguesia e das forças de segurança. Os **serviços de fiscalização procederam a sucessivas inventariações das fontes poluidoras e à averiguação das causas de cada atentado ambiental denunciado**, porém, **sem chegarem a qualquer conclusão**, pelo que **os processos não tinham consequência em termos de punição dos infractores ou na definição de uma estratégia preventiva**.

Em particular no rio Lis, com o agravamento da poluição alteram-se os lazeres e a relação com o rio, o qual deixa de ser palco de provas de natação e concursos de pesca, e local privilegiado para passeios domingueiros em família, para se transformar em “caneiro poluído” e, conseqüentemente, em palco de denúncias e posteriormente de conflitos ambientais. Na segunda metade da década de 80, os relatos dão conta da destruição da fauna do Lis, com milhares de peixes a boiar nas suas águas. O troço a montante de Leiria, para o qual conflui a ribeira do Sirol, converteu-se no ‘carrasco’ de várias espécies piscícolas, que depois se amontoavam a jussante no percurso entre Monte Real e a foz, muitas vezes transformado em ‘cemitério’.

A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, não colocou apenas a temática ambiental na agenda dos cidadãos, coincidiu com o anúncio da construção de infra-estruturas de saneamento básico e dos primeiros estudos sobre o problema, coincidindo também com o **agravamento da poluição, extensível a toda a bacia hidrográfica e com maior diversificação das fontes poluidoras**. À contaminação com origem nas agro-indústrias tradicionais e nos esgotos urbanos de Leiria, acrescentavam-se novos focos poluidores: com origem em fábricas de rações, alumínios, resinas, mármore e celulose. Por sua vez, assistia-se ao agravamento de problemas existentes, quer decorrentes da evolução demográfica quer da incapacidade das infra-estruturas construídas darem resposta às necessidades, ou por terem sido subdimensionados ou não cumprirem a sua função, de que são exemplo, as ETAR da Batalha e Porto de Mós. Não cessa igualmente o lançamento de detritos para os cursos de água e a sua deposição nos algares da Serra de Aire e Candeeiros, uma prática com conseqüências no abastecimento de água às populações e na poluição dos rios com origem no maciço calcário estremenho.

Em termos sectoriais, destacamos a descarga directa de grandes quantidades de efluentes com origem no matadouro de Leiria, cujo sangue vivo mudava a cor do troço final do Lena e depois o rio Lis; e a poluição com origem na destilaria existente na Golpilheira, que se prolongou até 2002 e constituiu um dos primeiros focos de mobilização cívica. Porém, a partir das décadas de 80 e 90 o sector suinícola tem sido o que mais contribui para a degradação dos cursos de água da região. Em causa está o facto de, em poucos anos, a produção de suínos se transformar numa das principais actividades económicas, designadamente no troço a montante da Ribeira dos Milagres –, cuja poluição está no centro de intensa polémica entre suinicultores e representantes da população, e que tem como palco principal a comunicação social, para quem são dirigidas as denúncias das descargas suinícolas.

O impulso foi dado pelos bons resultados económicos das primeiras explorações, rapidamente replicadas sem qualquer preocupação ao nível do ordenamento do território e cuidados ambientais, e sem qualquer estratégia de desenvolvimento do sector, contando com a conivência do poder político, ao permitir a instalação e funcionamento de explorações sem licença, quase sempre instaladas junto aos cursos de água, servindo de vazadouro aos detritos produzidos.

A adesão à União Europeia teve reflexos a nível regional, nomeadamente, permitindo contar com o apoio de Fundos Comunitários para a concretização de infra-estruturas e proceder à reforma das instituições que tutelavam a bacia do Lis e o sector suinícola. No entanto, esse processo não se fez sem entraves e nem sempre apresentou os melhores resultados. Multiplicaram-se situações de conflito entre velhas e novas estruturas da administração pública pela definição de competências. Por outro lado, ao nível da tutela a **ausência de uma estratégia**, deu origem a **intervenções de carácter meramente pontual e por vezes antagónico**. Num desses casos aprovou o financiamento em 85% com Fundos Comunitários das ETAR da Bidoeira e Raposeira, da responsabilidade dos suinicultores de Leiria, numa altura em que a Associação de Municípios da Alta Extremadura (AMAE), em articulação com o Ministério do Ambiente, preparava a elaboração de um Projecto de Despoluição da Bacia do Lis e Ribeira de Seça. A partir de 1997, já com David Neves como líder da Associação de Suinicultores do Concelho de Leiria, o sector procurou retardar a implementação de soluções para o tratamento de efluentes, recorrendo sucessivamente a argumentos economicistas para tentar isentar-se da necessária adaptação ambiental, pretensão que tem encontrado receptividade junto de alguns elementos da classe política.

O Estado não está igualmente isento por deixar transformar o ‘transitório’ em ‘definitivo’ e assim legitimar a poluição até se encontrarem soluções, expondo-se à chantagem e ao consecutivo adiamento de soluções. Por outro lado, paralelamente à ausência de uma estratégia e à indefinição de competências, assiste-se ao ‘zig-zague das políticas’ e dos responsáveis políticos, também patente na transferência de competências do Estado para outras entidades: **primeiramente**, do poder central para o poder local, encarregando a AMAE pela realização dos estudos necessários à despoluição do Lis e construção de infra-estruturas de saneamento. O Projecto de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Lis e Ribeira de Seça acabou por ser chumbado em 1998 no concurso às verbas do Fundo de Coesão, ao ser preterido pela ministra Elisa Ferreira relativamente a outros cursos de água, mas também pelo facto de a AMAE não ser, afinal, uma entidade reconhecida para a apresentação da candidatura. **Seguidamente** (1999), o Estado transferiu para a Simlis, empresa do grupo Águas de Portugal, a resolução do problema dos esgotos nos sistemas em alta e deixou com as autarquias a responsabilidade pelos sistemas em baixa. A transferência de responsabilidades quanto ao tratamento de efluentes suinícolas só se tornou efectiva, aliás, por pressão do Governo, com a criação da Recilis, em 2003, da qual fazem parte os suinicultores e as autarquias da região. Trata-se de um processo que tem gerado controvérsia e **desconfiança**. A má imagem do sector levou quem discorda a não acreditar que quem polui tenha interesse em investir. Por outro lado, não são reconhecidas à Recilis competências na resolução do problema, pois a vocação dos seus associados é produzir suínos, não é construir e gerir estações de tratamento. Esta crítica projecta-se nas infra-estruturas a construir, razão pela qual a Estação de Tratamento de Efluentes

Suinícolas (ETES) é vista com cautelas face ao descrédito do sector suinícola e dos protagonistas envolvidos.

2. Iconização da poluição da Ribeira dos Milagres

Não foi por falta de atenção política, cívica e mediática que o processo falhou. As estratégias de visibilidade são determinantes neste processo, pois tanto servem para expor o problema como, ao enfatiza-lo, tornar invisíveis outros focos poluidores e outros cursos de água. A poluição da bacia do Lis polariza todas as agendas analisadas, todavia, praticamente não tem ressonância na concretização das políticas. Na verdade, **o anúncio sucessivo da despoluição é usado como estratégia para desgastar o tema e adiar soluções, concentrando as atenções na ameaça de desemprego e na saturação mediática, cívica e política.** Uma estratégia que não se pode apenas apontar a quem polui. A região tem sido motivo de visita de governantes, de deputados e de líderes partidários, uns com sucessivas promessas de resolução do problema e outros reforçando os sinais de indignação face a esse adiamento.

A bacia do Lis tem sido local de passagem de praticamente todos os responsáveis pelo Ministério do Ambiente. Em 1988, Macário Correia, Secretário de Estado do Ambiente, colocaria o problema na agenda das prioridades políticas, quando no encerramento do Simpósio “A protecção do ambiente e a gestão dos recursos naturais na Bacia do Lis”, realizado em Leiria, afirmou: “Quando voltar a Leiria não quero encontrar o Rio Lis no estado em que hoje o vi” (CML, 1988). Por seu turno, a visita à **Ribeira dos Milagres de Mário Soares**, em Abril de 1994, no âmbito da Presidência Aberta sobre Ambiente, re-localiza e re-tematiza o problema de poluição hídrica na bacia do Lis, que até aqui afectava maioritariamente o troço do Lis a montante de Leiria, a ribeira do Sirol e o rio Lena, e tinha origem em vários focos poluidores.

Sem se ignorar o simbolismo de episódios como a publicação da notícia “Catástrofe de Suinobyl” em 1988 (Independente, 03-06-1988; RL, 10-06-1988; JL, 29-7-1988) e a visita de Mário Soares em 1994, podemos dividir a poluição registada na bacia do Lis após a adesão à União Europeia em dois grandes momentos: 1) de 1 de Janeiro de 1986 a 14 de Setembro de 2003; 2) e de 15 de Setembro de 2003 até hoje. O primeiro momento é caracterizado por uma enorme diversidade de fontes poluidoras, de cursos de água afectados e de protagonistas envolvidos. O segundo momento reporta-se quase em exclusivo à poluição suinícola que afecta a Ribeira dos Milagres, por sua vez marcada pela denúncia das descargas ambientais através da comunicação social. **A descarga ocorrida a 15 de Setembro de 2003 transformou a poluição da Ribeira dos Milagres em ícone da poluição hídrica nacional, o que retirou visibilidade a outras fontes poluidoras na região e tornou invisíveis problemas semelhantes ao nível do país.**

A visibilidade da poluição com origem nas suiniculturas a montante da Ribeira dos Milagres facilita a ocultação de outras fontes poluidoras, ainda que na própria Ribeira as descargas possam ter por vezes outra proveniência. Apesar da insistência

da Oikos, da Quercus e de vários especialistas, as agendas mediática e política focam-se exclusivamente neste ponto, o que retira relevo a outros focos poluidores (esgotos domésticos, industriais e poluição difusa da agricultura), assistindo-se ao progressivo deslocamento da poluição para fora de Leiria e à ocultação da poluição no troço final do Lis.

O reduzido caudal da Ribeira dos Milagres, associado à frequência e dimensão de descargas poluidoras tende a produzir imagens de maior dramatismo, podendo a ‘invisibilidade’ da poluição na cidade de Leiria ser justificada pela ausência de cor e de cheiro. Porém, tal não significa que não existam estratégias de ocultação da poluição neste troço do Lis. As ausências marcam o troço final do Lis, à saída de Monte Real, em que o designado colector de Amor está fora das agendas mediática e política; e marcam igualmente a Praia da Vieira, onde as preocupações ambientais são definidas pelo calendário da época balnear e pela importância económica da actividade turística. Outro exemplo de ocultação, ou esquecimento tácito, é o da contaminação dos algares na Serra de Aire e Candeeiros, resultante da deposição de detritos e da sua incapacidade natural de depuração. Não devemos esquecer a poluição difusa com origem na agricultura, que sem se ver nem cheirar está por todo o lado. Tal como não devemos esquecer a poluição com origem na indústria, marcada sobretudo pelo que não se sabe. Aqui se enquadra igualmente a poluição com origem no sector doméstico, no que concerne aos sistemas em baixa, cuja estratégia de ocultação passa por não atrair a atenção, concentrando-a na polémica do tratamento de efluentes suinícolas. A pesquisa permitiu concluir que o desinvestimento no saneamento em baixa se ficou a dever essencialmente ao facto das **obras a realizar não darem votos**, pois ao contrário, por exemplo, dos equipamentos de cultura e lazer, estamos perante redes invisíveis enterradas no solo que, no momento das obras, acarretam transtornos e podem até resultar em conflitos em caso de resistência das populações em ligar as suas habitações à rede pública.

A iconização da Ribeira dos Milagres tem também efeito ao nível do país, principalmente quando em causa está a poluição com origem no sector suinícola, que vê garantida a sua invisibilidade (ofuscada pelos Milagres) apesar de afectar diversas regiões. A maior visibilidade da Ribeira dos Milagres resulta da conjugação de vários factores, destacando-se: i) o histórico do problema; ii) as características da sub-bacia (por exemplo, com menor caudal e menor disponibilidade de solos agrícolas); iii) a concentração das explorações numa área mais reduzida; iv) a proximidade com a cidade de Leiria, cujo abastecimento de água às populações se viu por diversas vezes ameaçado; v) o facto de estarem sedeados em Leiria dois semanários de referência; vi) a existência de protagonistas que alimentam o fluxo noticioso da comunicação social regional e nacional; vii) à ausência de consensos entre associações de defesa do ambiente; viii) a maior exposição à desconfiança do sector suinícola nesta bacia, resultante do seu histórico e lideranças, e da inconsequência das suas intervenções; ix) a ineficácia das políticas públicas e das acções inspectivas; x) não deveremos esquecer que a Ribeira Milagres (e o Lis) não é apenas um

ícone da poluição suinícola nacional, é igualmente o laboratório onde se testaram (ou pelo menos onde se discutiram) soluções, que no caso de serem bem-sucedidas poderiam ser replicadas em todo o país; x) por último, a maior visibilidade surge igualmente marcada pelo facto de se identificarem na bacia do Lis condições sociais propícias ao despoletar de conflitos e tensões sociais resultantes da incompatibilização de dois modelos de sociedade: um que deseja integrar uma sociedade de valores europeístas, defensora do ambiente e qualidade de vida das populações, e que recolhe e divulga informação ambiental como forma de ultrapassar a ineficácia do Estado nesta matéria; outro, que procura manter uma sociedade rural baseada em vínculos, redes e favores, sendo este que acaba por dominar.

3. Lis. Ruralidade antiga e moderna

O que caracteriza a bacia do Lis não é apenas a especialização e concentração da produção suinícola, é também a manutenção de dois modelos de sociedade dificilmente compatíveis. Por um lado, as exigências de uma sociedade moderna de referência europeísta, que aposta numa região com uma imagem renovada, aberta ao exterior, caracterizada pelo empreendedorismo dos seus empresários, promotora do bem-estar e qualidade de vida. E, nesse sentido, uma sociedade pautada pela defesa do ambiente que, por não tolerar a degradação ambiental, intervém na reforma ambiental. Por outro lado, a manutenção de uma sociedade tradicional rural, que reconfigurou as suas lideranças em resultado dos proveitos obtidos com a actividade suinícola para manter um modelo clientelar e de patrocínio apoiado em redes ao mesmo tempo difusas, densas e tentaculares, na influência que exercem sobre os seus membros e na sua capacidade para alargar a sua base de apoio.

O sucesso da actividade alcançado nas décadas de 80 e 90, associado ao seu enraizamento num contexto pós-agrário, reconfigurou o tecido social com novas lideranças, com os suinicultores a substituírem os proprietários rurais, e a promoverem segmentações verticais e novas formas de solidariedade horizontal. Uma reconfiguração que teve origem numa dinâmica endógena, com a expansão e industrialização da actividade pecuária a ocorrerem dentro de cada localidade e a partir dos seus membros. E resultou na manutenção e reprodução do que de mais intrínseco e conservador tem a sociedade rural, ao permitir preservar os seus traços identitários, baseados em laços de sangue e de solidariedade entre vizinhos, e em redes de pertença. Numa teia social em que estas redes, por não estarem desligadas “das economias locais e correlativas diferenciações sociais” (Silva, 1993: 513), se alargam a uma malha de espaços contíguos, o que revela o carácter absolutamente transversal como a actividade ocupa os territórios da economia e sociedade leiriense, com a particularidade de manterem a tendência dominante inscrita nos espaços rurais no sentido de se constituírem enquanto reservas de apoio aos poderes estabelecidos (Almeida, 1999: 343).

Estão em campo estratégias defensivas de resistência à implementação de um novo modelo de sociedade e de protecção ambiental que evitam a fragmentação deste modelo social baseado na coesão interna e na influência pessoal de alguns dos seus

representantes, incluindo a dinâmica de emprego. A relação triádica entre suinicultores, associações cívicas e câmaras/Estado. Apresentando-se os suinicultores, sobretudo os de maior dimensão, como patronos nas estratégias que desenvolvem e no apoio que concedem a iniciativas locais, e a suinicultores com explorações de menor dimensão e de menores recursos sociais e económicos. Assim se mantêm antigas lealdades, cuja fidelidade é tanto maior quanto mais dependentes e vulneráveis se encontrem os de menor dimensão; assim se estabelecem redes de interesses recíprocos, uns na tentativa de manterem a sua pequena exploração a funcionar, dependendo de terceiros para escoarem a sua produção, outros na perspectiva de obterem benefícios materiais, sociais e simbólicos. A relação triádica envolve também o poder político, nacional e local, ao ser conivente com o sector nos aspectos referidos e ao aceitar a ameaça do desemprego em detrimento da preservação do ambiente e modernização das explorações.

Ainda que as elites (políticas, empresariais, tecno-científicas) possam ser vistas como mediadoras, por vezes abdicam desse papel, deixando-o às associações cívicas, à comunicação social e até às autarquias. Mas mesmo as associações cívicas não escapam à dupla dinâmica que caracteriza a sociedade leiriense. Na tentativa de garantirem o seu protagonismo as associações representam o que Leiria tem de moderno e a tentativa de manutenção de traços de uma sociedade rural, pelo que preferem ser fiéis ao que consideram as suas características para assim perpetuarem a sua influência. E assim se expõem a disputas entre si na tentativa de delimitarem territórios físicos e simbólicos, e em 'duelos' que desviam a atenção dos problemas e, entretanto, não contribuem para a resolução da despoluição da bacia do Lis. **A descarga ocorrida em 2003 não deu apenas visibilidade à poluição suinícola, alargou o debate público sobre o problema e criou profundas divisões entre os grupos que contestam a poluição, questionando a legitimidade dos mediadores já estabelecidos.** A criação de associações locais abriu um foco de conflito com as associações regionais, que assim se viram ultrapassadas por movimentos mais informais e reactivos, ao mesmo tempo mono-temáticos e com uma área de intervenção circunscrita. As associações regionais, ao rejeitarem uma solução conjunta, que passaria, por exemplo, pela criação de uma plataforma pelo Lis, não rejeitam apenas a ideia de consenso, afastam-se da sua base de apoio, um afastamento que é tanto maior quanto maior for a sua institucionalização e menor for a empatia relativamente ao seu líder.

Relembre-se que, desde a década de 1990, a criação na região de associações de defesa do ambiente, designadamente da Oikos e o contributo da Quercus a nível regional, trouxe um novo impulso, na medida em que passaram a apresentar-se como receptoras e emissoras das preocupações dos cidadãos, e a serem alvo da atenção mediática, nomeadamente, na denúncia dos atentados ambientais, ao produzirem informação sobre o problema e ao avançarem com propostas no sentido da sua resolução. Através da comunicação social ou de acções directas, as associações têm sido determinantes na consciencialização das populações e dos responsáveis políticos para a gravidade e características da poluição.

O consenso alcançado no momento de criação da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres não foi apenas uma reivindicação no sentido de terem voz, foi também um repto das elites no sentido de serem encontrados outros canais para forçar uma decisão, mas sem se exporem directamente. O único senão foi que o movimento se refundou demasiado na figura do seu porta-voz e em tácticas de protesto com interesses divergentes.

O poder local não sai isento neste processo, desde logo pela convivência tácita com determinados sectores económicos, com destaque para o suinícola, e por representar interesses antagónicos. Também às autarquias se pode aplicar a expressão “quem polui não pode exigir”, não por serem actualmente responsáveis directas pela poluição, mas porque, ao não avançarem com a resolução do problema dos esgotos domésticos em baixa, ficam sem argumentos para exigir dos suinicultores uma solução para os problemas que estes geram.

Quanto à administração pública, muitas das primeiras denúncias tiveram origem em funcionários dos serviços da administração pública, surgindo em diversos casos como mediadores entre as populações afectadas e os serviços com competência em matéria ambiental. A esperança que existiu esbarrou com o pára-arranca das políticas, com interesses sectoriais e regionais e, posteriormente, com as divergências pessoais entre os representantes institucionais envolvidos.

O seu reconhecimento da poluição foi possível porque a grande descarga ocorrida em 2003 mostrou que era impossível continuar a escondê-la. O que aconteceu nesse ano **não foi apenas o reconhecimento do problema ambiental em si, foi, acima de tudo, o reconhecimento da degradação da imagem da região e da necessidade dos seus responsáveis agirem rapidamente de modo a evitarem expô-la mais.** A dimensão da descarga obrigou a admitir ser urgente encontrar uma solução para os efluentes suinícolas. O mesmo sucedendo com os sistemas em baixa, não concretizados por incapacidade e opção política das autarquias que têm privilegiado obras de maior visibilidade e menor dificuldade de execução.

4. Reflexões finais

A enorme visibilidade da poluição do Lis não tem tido eco na concretização da despoluição desta bacia hidrográfica, apesar do tema proliferar de forma abundante nas diversas agendas política, técnica, mediática e cívica. A primeira resposta que obtivemos quanto aos motivos da sua não concretização aponta para falta de vontade política do poder central e local, dimensão a que deveremos acrescentar a tardia integração do problema na esfera das preocupações sociais, e dessa forma, a sua inscrição efectiva como prioridade social e política. Por outro lado, constatámos que também na região se têm feito sentir constrangimentos de ordem institucional, técnica, humana e financeira, agravados pela ausência de orientações políticas, que se repercutem no desordenamento do território e na elaboração tardia de uma estratégia (nacional, regional e sectorial), e na incapacidade da administração pública punir os infractores.

O Estado tem também mostrado uma enorme permeabilidade face aos argumentos de quem polui e uma dificuldade crónica em saber lidar com situações de conflito social, optando por retardar as soluções, expondo-se à influência de terceiros, uma influência que é tanto maior quanto maior for o enraizamento social da actividade suinícola e a densidade da rede que atravessa. **Os conflitos não são somente uma reacção às descargas ambientais, mas reflectem tensões sociais permanentes e difusas, e de estratégias de ocultação e de perpetuação de vínculos e lideranças assentes no caciquismo e em interesses nem sempre transparentes**, facto que conduz à **desconfiança e à falta de transparência** do processo em momentos-chave, acabando o próprio Estado por ser um dos visados, dada a sua cumplicidade feita sobretudo dos “não ditos” no processo.

A desconfiança não se projecta apenas sobre o sector suinícola, é transversal à sociedade leiriense. Por exemplo, tem implicações na mobilização das associações cívicas, tanto perante a possibilidade da institucionalização lhe retirar iniciativa, como nas divergências em termos de práticas e de territórios que ocupam; e tem também implicações na intervenção das elites, pelo seu possível comprometimento, quanto mais não seja pelo silêncio. Cumulativamente, a desconfiança não se limita à esfera institucional, tem rosto e nome, atinge empresários, técnicos, membros dos partidos, autarcas e líderes associativos.

Ultrapassar este impasse implica, acima de tudo, a determinação política que tem faltado, somente possível de alcançar através de um debate aberto e alargado entre as partes, em que estas se comprometam a assumir as suas responsabilidades. Neste debate deve ser integrado o saber até agora adquirido, até como forma de evitar o ‘eterno retorno’ às soluções desadequadas.

Num cenário marcado pela falta de meios financeiros e pelo histórico do processo devem ser ponderadas as responsabilidades de concretização e futura gestão do projecto, sem se querer com isto afirmar que o Estado deva assumir essa responsabilidade, pois tal representaria mais um retrocesso. Importa pois definir responsabilidades, fazer cumprir o princípio do poluidor-pagador e garantir que a infraestrutura a construir sirva para os fins para os quais foi projectada. Do mesmo modo, cabe aos suinicultores e aos seus representantes repensarem o modelo de produção, integrando a dimensão ambiental no processo produtivo.

Por último, importa lembrar que a despoluição da bacia do Lis não passa exclusivamente pelo tratamento dos efluentes suinícolas. É necessário avaliar o impacto das restantes fontes poluidoras e avançar com medidas preventivas e punitivas, caso contrário, acabaremos por assistir apenas a mais um deslocamento das atenções sobre a poluição, em que ganham visibilidade outras fontes poluidoras.

5. Referências bibliográficas

Almeida, João Ferreira de (1999). *Classes sociais nos campos: camponeses parciais numa região do noroeste*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 2ª edição.

CML (1988). A protecção do ambiente e a gestão dos recursos naturais na Bacia do Lis. Conclusões do simpósio realizado em Maio de 1988 sobre o Rio Lis. Leiria: Câmara Municipal de Leiria (Policopiado).

Ferreira, José Gomes (2012). «“Façam o Milagre!”». Poluição, media e protesto ambiental na bacia do Lis» in Actas do VII Congresso Português de Sociologia, Porto, 20 a 23 de Junho de 2012.

Ferreira, José Gomes (2012). Saneamento básico. Factores sociais no insucesso de uma política adiada. O caso do Lis. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Silva, Manuel Carlos (1993). “Camponeses, mediadores e Estado”. in *Análise Social*. Vol. XXVIII, n.º 122 (3.º), 489-521.

Jornais

Independente (03-06-1988)

Região de Leiria (10-06-1988)

Jornal de Leiria (29-7-1988)